

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DENTRO DO CONTEXTO AMAZÔNICO NO CURSO DO PROCESSO CIVILIZADOR

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2^a edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

RODRIGUES; Waldeliz de Freitas Rodrigues¹, RIBEIRO; David da Silva²

RESUMO

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DENTRO DO CONTEXTO AMAZÔNICO NO CURSO DO PROCESSO CIVILIZADOR

¹Waldeliz de Freitas Rodrigues

²David da Silva Ribeiro

GT 7: PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E PROCESSOS CIVILIZADORES NA PAN-AMAZÔNIA

RESUMO

O artigo contextualiza sobre "As políticas educacionais dentro do contexto Amazônico no curso do processo civilizador". A temática analisa o sistema educacional dos povos da Amazônia, valorizando a realidade escolar dos ribeirinhos, resgatando sua identidade e história, o que leva a uma compreensão do seu modo de vida e a construção de sujeitos ativos dos seus saberes, um saber que se constitui na realidade do caboclo, que vivem perto da cidade e ao mesmo tempo tão distante, com uma estrutura de saberes maravilhosos que estão mergulhados e imersos nas águas do conhecimento. Para a realização deste artigo elencamos como procedimentos metodológicos a pesquisa a bibliográfica, dando ênfase a publicações em livros, artigos, internet, dissertações e teses. O seu aporte teórico é sustentado por Araújo (2004), Bourdieu (2007), Durkheim (2003), Matos (2019), Morin (2003) e Norbert Elias (2001) entre outros autores com relevância na temática. Assim, o artigo referencia o anthropos que reside na região amazônica, entendendo seu modo de vida, através da teoria social inovadora que serve para alargar o campo de estudo sociológicos, determinando o fato social que constrói as relações do processo civilizador que foi construído na Amazônia, a partir de três pilares: o hábitus, o campo e o capital.

Palavras Chaves: Educação, Políticas Educacionais, Processo Civilizador, Amazônia.

ABSTRACT

El artículo contextualiza "Las políticas educativas en el contexto amazónico en el transcurso del proceso civilizador". El tema analiza el sistema educativo de los pueblos de la Amazonía, valorando la realidad escolar de los ribereños, rescatando su identidad e historia, lo que conduce a la comprensión de su forma de vida y a la construcción de sujetos activos de su saber, un saber que se constituye en la realidad del caboclo, que vive cerca de la ciudad y al mismo tiempo hasta ahora, con una estructura de saber maravilloso que se sumerge y se sumerge en las aguas del saber. Para la realización de este artículo, enumeramos la investigación bibliográfica como procedimientos metodológicos, destacando las publicaciones en libros, artículos, internet, dissertaciones y tesis. Su aporte teórico está respaldado por Araújo (2004), Bourdieu (2007),

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldeliz.cotinho2017@gmail.com

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

1 Graduada em Pedagogia - Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) - Universidade Federal do Amazonas (Manaus-AM, Brasil) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na *PanAmazônia* /e-mail: waldelez.cotinho2017@gmail.com

2 Graduado em Pedagogia - Mestrando do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura Amazônia (PPGSCA) – Universidade Federal do Amazonas (Manaus-AM, Brasil) e pesquisador do grupo de Pesquisa Processos Civilizadores na *PanAmazônia*/ e-mail: davidsrribeiro@gmail.com

Durkheim (2003), Matos (2019), Morin (2003) y Norbert Elias (2001) entre otros autores con relevancia en el tema. Así, el artículo hace referencia a los antropos que residen en la región amazónica, entendiendo su forma de vida, a través de la innovadora teoría social que sirve para ampliar el campo de estudio sociológico, determinando el hecho social que construye las relaciones del proceso civilizador que se construyó. en la Amazonia., basado en tres pilares: hábitat, campo y capital.

Palabras clave: Educación, Políticas educativas, Proceso civilizador, Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

Através das figurações das políticas educacionais, o artigo discorrerá sobre as populações que ocupam as regiões da Amazônia, analisa se a proposta curricular contempla as comunidades dessa região. Estas comunidades possuem diferentes etnias que estão cercadas pela maior diversidade de fauna e flora do planeta, saberes culturais, medicinais e um ambiente de água em abundância. O diálogo sobre essa contextualização permitirá uma compreensão do

processo de colonização que deu início à sociedade amazonense (você quer dizer a base demográfica do povoamento da Amazônia e a formação social de sua população? Como se miscigena comunidade? Aí não é mais comunidade, é sociedade_

Para uma compreensão das políticas públicas educacionais, é imprescindível entender a forma como são materializadas, seus significados, refletindo sobre seus princípios e fundamentos e principalmente como essas políticas se configuram no Estado do Amazonas e no interior dessa região. O artigo mensura como as políticas educacionais são formuladas para atender as comunidades ribeirinhas, e a sua diversidade cultural. A população amazonense é marcada por uma multiplicidade de culturas entre uma complexa interação de diferentes sujeitos e identidades culturais.

Historicamente a ocupação da Região Amazônica é marcada por um modelo colonizador que nasceu das experiências pedagógicas dos religiosos. Os Jesuítas quando desembarcaram no Brasil tinham como meta catequizar os índios, a obra educativa dos jesuítas estava integrada à política colonizadora europeia para contrapor-se a cultura local. Segundo Matos (apud e-book, 2020, pag. 482) a chegada do colonizador nas terras que se intitulou politicamente e geograficamente de Brasil, desencadeou o processo civilizador ocidental sobre os povos autóctones da região, por persuasão ou por coerção, impondo-lhes padrões de comportamento, regras de boas maneiras e etiquetas cuja direção continua, em especial atenção na vasta região Amazônica/ Amazonas.

Neste sentido se entende que a Amazônia sofreu um controle social, que é um conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade possui para garantir e normatizar o comportamento dos indivíduos. Conforme Elias (2001, p.126): “Aquilo que é ‘racional’ depende sempre da estrutura da sociedade. O que denominamos objetivamente ‘razão’, ou *ratio*, vem à tona sempre que a adaptação a uma determinada sociedade e a sobrevivência dentro dela, demanda uma precaução ou cálculo específico”.

Esse novo pensamento, reflexo das exigências e das regras sociais, leva a uma nova economia psíquica, de

controlo e retração das emoções: "A estrutura da vida social dentro dessa configuração deixa um espaço mínimo, comparativamente, para as manifestações afetivas espontâneas". Elias quer se distanciar de certas posições teóricas que partem do pressuposto de que o "sujeito" é separado da "natureza" ou dos "objetos. Essas teorias não consideram, como ele nos indica, que a formação de uma "instância de controle mais ou menos automatizada pelo hábito e pela educação se intercala, sob o nome de reflexão, entre o homem e o objeto de conhecimento" (Elias, 2001b, pag. 215).

A civilização, enquanto processo, conta com mecanismos de controle da violência e com a própria violência para exercê-los. Conquanto, estas três esferas (Processo civilizatório, controle e violência) estão interligadas e coabitam numa perspectiva relacional. Por isso mesmo, os termos 'civilizado' e 'incivil' não constituem uma antítese daquela existente entre o 'bem' e o 'mal', mas representam, sim, fases de um desenvolvimento que [...] ainda continua" (ELIAS, 1994, p.73).

Durante o período da colonização o processo de evolução social e sua construção tiveram atribuições das instituições sociais igreja e escola, estas estruturaram a sociedade da época através do processo civilizador com exigências vigentes como o controle das emoções, para a sustentação da vida social. A colonização do Brasil que foi imposta pelos europeus provocou um choque cultural, os jesuítas quando desembarcaram nas terras brasileiras tinham um único objetivo catequizar os índios e converter sua alma a fé cristã, o que provocou um choque cultural.

A formação do Estado serve, entre outras coisas, para possibilitar o exercício do controle ou da "civilização" de maneira satisfatória, perante as sociedades modernas. Este novo Estado tem como uma de suas características fundamentais o monopólio da violência física, dentro de uma esfera de legitimidade. Na linguagem eliasiana, isso quer dizer que há grupos ou indivíduos que "podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros" (ELIAS, 1994 apud GEBARA: LUCENA, 2005, p. 01).

O sistema ensino brasileiro nasceu sobre proposta diferenciada, de um lado a educação pensada para os filhos dos portugueses e do outro a classe populacional. A desorganização desse sistema que não priorizava a massa popular e sim a elite, com os cursos secundários e superiores para população desfavorecida um ensino primário e profissional, esse sistema de ensino se arrastou durante anos no período imperial.

Mediante o exposto, o artigo objetiva descrever que as políticas educacionais vêm passando por um processo histórico conduzido por uma segmentação do controle social. Essas políticas foram concebidas como uma invenção social até chegarem a se transformar em um instrumento de garantia de direito à educação, saindo dos aspectos classistas da sociedade para uma educação populacional. No Amazonas a implantação dessas políticas não levaram em consideração a multiplicidade de culturas, a educação para essa região deve promover uma educação que viabilize a diversidade, onde venha contribuir para mudança do pensamento etnocêntrico.

Para a realização deste artigo elencamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, dando ênfase a publicações em livros, artigos, internet, dissertações e teses. O seu aporte teórico é sustentado por Araújo (2004), Bourdieu (2007), Durkheim (2003), Matos (2019), Morin (2003) e Norbert Elias (2001) entre outros autores com relevância na temática. Assim, o artigo referencia o anthropos que reside na região amazônica, entendendo seu modo de vida, através da teoria social inovadora que serve para alargar o campo de estudo sociológicos, determinando o fato social que constrói as relações do processo civilizador que foi construído na Amazônia, a partir de três pilares: o habitus, o campo e o capital.

1. Fundamentação Teórica

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldeilz.cotinho2017@gmail.com
² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

Para que a implantação das políticas educacionais no Amazonas tenham êxito elas devem ser pensadas e construídas a partir da heterogeneidade populacional. A sociedade amazonense é demarcada por contradições sociais, culturais, políticas e econômicas. No entanto, as políticas educacionais manauaras têm como principal função reduzir os impactos negativos que atingem os desfavorecidos. A educação na região amazônica deve garantir essa heterogeneidade nos seus espaços de discussão, revendo as questões políticas pedagógicas alienadoras e fragmentadas pela perspectiva monocultural, que pode ser superada por uma educação intercultural, onde se permitirá um diálogo entre as diferentes culturas, permitindo um espaço de formação intelectual entre os indivíduos que habitam a região amazônica.

Segundo Capelo (2003, p. 130) a educação na sociedade brasileira nunca será completa, caso desconsidere a pluralidade de saberes e valores culturais de seu próprio povo. Para romper com o paradigma dominante interpretado no espaço amazônico que conduz uma luta apaixonada contra todas as formas de dogmatismo e de autoridade, é preciso entender que esta confiança epistemológica descreve a diversidade cultural da população local. De acordo Durkheim (1973) a educação pode ser compreendida como o conjunto de ações exercidas das gerações adultas sobre as que ainda não alcançaram o estatuto de maturidade para a vida social.

Espontaneamente, o homem não se submeteria à autoridade política; não respeitaria a disciplina moral, não se devotaria, não se sacrificaria. Nada há em nossa natureza congênita que nos predisponha a tornar-nos, necessariamente, servidores de divindades, ou de emblemas simbólicos [...] Foi a própria sociedade, na medida da nossa formação e consolidação, que tirou do seu próprio seio essas grandes forças morais. (DURKHEIM, 1973a, p. 09).

Durkheim estabelece que a função social da educação, cria correspondência entre o fato considerado (educação) e as demandas gerais do organismo social, fundamenta essa correspondência utilizando a observação histórica e constata que o modelo específico de homem (do ponto de vista moral, físico e intelectual), estipulando um sistema educacional que se impõe aos indivíduos. Este sistema é de suma relevância, pois a sociedade só pode sobreviver mediante um certo nível de homogeneidade entre seus membros. Sendo assim, a educação e o sistema de ensino perpetuam e reforçam a homogeneidade, pois, ao se impor aos indivíduos, levam às normas e valores seminais para a vida em coletividade (DURKHEIM, 2003, 2008, 2011b; FILLOUX, 2010; WEISS, 2013).

O pensamento elisiano, descreve que o contexto em que o indivíduo está inserido, até certo ponto torna-se um fator determinante para o crescimento social deste ser, enquanto ser social. Neste sentido a educação assume um papel fundamental no reconhecimento e valorização da diversidade cultural da sociedade. A educação no contexto amazônico deve ter em seu cotidiano estabelecido nas práticas pedagógicas, que estão relacionadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo uma revisão no presente momento histórico para uma redimensão da função social.

Para Elias, processo civilizador estabelece uma nova lógica que se fundamenta pelo aumento da diversidade de comportamentos no interior da sociedade. Tais comportamentos apresentam um alto grau de homogeneização, como um forte grau de convergência quanto ao modelo de comportamento que segundo Elias (1993, p.215) tinha como principais características "o espírito de previsão, uma autodisciplina mais complexa, uma formação mais estável do superego, fortalecida pela interdependência crescente" [...] .

O Plano Estadual de Educação do Estado do Amazonas - PEE/AM consubstancia-se nas exigências legais, dispostas no artigo 214 da Constituição Federal de 05 de outubro 1988, artigo 203 da Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996 e Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, Plano Nacional de Educação, além de contemplar o disposto no Programa de Governo e Plano Plurianual (Amazonas, 2008 a 2011).

Embora Pierre Bourdieu (1989, 2000,2007) tenha contribuído largamente para a atualização do debate sobre a importância do sistema formal de ensino, enfatizando o papel da escola como espaço de lutas pelo poder

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldeлиз.cotinho2017@gmail.com
² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

simbólico nas sociedades contemporâneas. Em Escritos de Educação (BOURDIEU, 1998), faz uma análise sobre as desigualdades escolares estruturadas com base nas desigualdades sociais e quebra com o paradigma funcionalista de educação, onde a escola garantiria oportunidades de resultados iguais a todos.

Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (NOGUEIRA, 2002, p. 17).

Segundo Araújo (2004, p. 27) a educação nas áreas rurais deve ser planejada de acordo com as necessidades do rurícola, estabelecendo como conditio *sine qua non* uma crítica radical de seus fundamentos sociais e de suas condições de existências, buscando, através dessa crítica, o pleno desenvolvimento de um saber litigante, necessário ao exercício do direito à cidadania do homem rural.

O ensino no contexto amazônico se torna relevante para formação cultural desses povos que habitam a região, para que eles tenham conhecimentos dos seus deveres de cidadania, e venham conhecer e refletir sobre seus direitos e deveres na sociedade. Araújo (2004) enfatiza que os educadores progressistas reivindicavam a qualidade do ensino e sempre lutaram por uma escola que fosse capaz de formar cidadãos de construir uma sociedade mais justa e igualitária . Morin (2003) retrata que os professores devem reconhecer-se na humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano.

Segundo Morin (2003, p. 93) a "educação serve para transformar o aluno num novo cidadão". mas como será possível transformar a sociedade através da educação se o elemento que está em constante contato com os alunos não têm autonomia pedagógica e as didáticas implementadas por eles são muitas vezes limitadas por causa do comprimento obrigatório do programa escolar do sistema educativo, os que constroem as políticas educacionais não têm contato com as crianças da comunidade rural, e tudo é elaborado nos gabinetes?

A sociedade amazonense é demarcada por contradições sociais, culturais, políticas e econômicas, no entanto as políticas educacionais manauaras tem como principal função reduzir os impactos negativos que atingem os desfavorecidos. A escola e o sistema educativo devem ser mais atrativos para as crianças e para as famílias das comunidades amazônicas, os projetos educacionais devem estar de acordo com a realidade do contexto amazônico.

Analise e discussões

O processo histórico que está ligado à chegada dos europeus na Amazônia, foi marcado por uma conquista que deixou traços profundos no povo da floresta desde o período colonial até os dias atuais, as concepções de educação para os povos da Amazônia, sofreram alterações, modificações.

Os avanços do século XX não foram capazes de destruir os laços da região com a terrível e fascinante experiência colonial. A Amazônia brasileira não é apenas a Amazônia indígena, como imposta nos discursos positivistas e oficiais. Antes de tudo a Amazônia é um terreno de diversidade cultural, uma fronteira de indivíduos concretos.

Além da constante e ininterrupta imigração portuguesa, há que salientar a presença de outros grupos étnicos que também contribuíram para a formação da Amazônia moderna como o dos italianos oriundos em sua grande maioria de cidades e vilas do sul da Itália, especialmente das cidades empobrecidas. Estes se destacaram na Amazônia nos campos da educação, arquitetura, música, comércio e indústria juntamente com os espanhóis dos primeiros movimentos operários organizados SOUZA (2001, p. 184-185).

Através das diferenças culturais, podemos entender as identidades dos grupos étnicos que contribuíram para a formação da Amazônia e nos reconhecemos enquanto sujeito social, para contribuir com a reelaboração das tradições culturais. A teoria de Norbert Elias nos provoca a pensar (HONORATO, 2009, p.2011) como as

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldelez.cotinho2017@gmail.com

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

instituições sociais, particularmente as escolares, tornaram-se fundamentais na produção e na circulação cultural de saberes elementares no século XIX e início do XX na realidade brasileira.

Para CAPRA (2005a, p.105) a cultura, destarte, nasce da rede de comunicação entre os indivíduos e produz obrigações sobre suas atitudes. Em outras palavras, as regras do comportamento que obrigam as ações dos indivíduos são produzidas e continuamente reforçadas por sua própria “rede de comunicação”. A Amazônia é formada por uma identidade cultural muito complexa, os valores impostos pelos padrões advindos dos colonizadores e povoadores dessa região sobre os saberes indígenas o foram mediante subjugação e violência física e simbólica.

Matos (apud e-book, 2020, pag. 481) nesse processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, a história revela a chegada do negro como escravo e outras nacionalidades, espanhóis, franceses, holandeses e nordestinos, que contribuíram na miscigenação e a formação, daquele que se designou de caboclo/amazônica, residente em áreas de várzea ou de terra firme. Assim, educação na hinterlândia amazônica surge da necessidade de evidenciar que as populações ribeirinhas, essa população trazem traços culturais, sobre os rios, a pesca, o extrativismo e agricultura que são atividades marcantes de seu complexo cultural.

Cunha e Almeida (2002) afirmam que:

Os conhecimentos que as populações têm da floresta que habitam é verdadeiramente enciclopédico, no sentido de cobrir áreas variadas: desde a madeira linheira que serve para a mão de obra de uma casa; em enviras que prestam para amarrá-las; as fruteiras que o porquinho ou o veado preferem e debaixo das quais é quase certo caçá-los; os solos ideais para plantar o milho, o tabaco, o jerimum; a maneira de trançar as palhas de urucuri para fazer telhados; as iscas preferidas do caparari, do mandim, do pacu; os sonhos; os presságios; as maneiras de ter sorte na caçada. Os pés de seringa, cada um deles, e o modo adequado de preparar as estradas, empausar, embandeirar, raspar, cortar a madeira. Modos de fazer, modos de pensar, modos de conhecer (p. 15).

Nas comunidades ribeirinhas, as culturas, costumes e práticas pedagógicas são diferenciadas, por isso existe uma necessidade de um currículo diferenciado, os currículos urbanos não atendem a realidade dessas comunidades. O calendário escolar diferenciado está relacionado com a realidade amazônica, seguem o ciclo das águas e aos períodos de enchente e vazante dos rios. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) dá suporte para os municípios criarem seus currículos de acordo com sua realidade, principalmente em escolares do campo, que é o caso da educação ribeirinha.

Matos e Rocha Ferreira (2019, p. 376-377) explicam detalhadamente a necessidade de alteração do calendário escolar das escolas ribeirinhas pelas realidades naturais amazônicas e o respeito por esse aspecto social-natural-cultural. Assim,

[...] as peculiaridades climáticas do Amazonas fizeram reconhecer a necessidade de ajustes no calendário para melhor conduzir a educação escolarizada dos ribeirinhos. A realidade mostra escolas situadas em áreas de várzeas e de terra firme. Nos ciclos das águas, no período da vazante, alguns rios, lagos e igarapés são de difícil navegação, comprometendo a acessibilidade à escola e fazendo aumentar a distância e o tempo. No período de enchente, se a escola for situada em área de várzea e sua estrutura não for elevada, sua estrutura vai ficando progressivamente submersa, até que não se consiga mais ministrar aula. Por outro lado, na subida das águas, o rio ganha melhor navegabilidade: a água avança sobre terras e deixa-as submersas, permitindo atalhos, o que diminui as distâncias e o tempo de chegada à escola. Na expressão local, o rio no Amazonas, na subida das águas, torna-se “mar de água doce”.

A escola que nasce e se desenvolve às margens dos diversos rios de águas da bacia do Amazonas, possui uma importância fundamental para reprodução social. Matos (2013, p. 116) afirma:

No universo amazônico, a vida se mantém, bem ou mal, graças às práticas socioculturais desenvolvidas ante os estímulos ambientais e as relações de interdependência. Apesar do processo de integração em curso, essas práticas resistem, provocam e renovam emoções. Caracterizadas de utilitárias, merecem atenção pelos valores

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldeilz.cotinho2017@gmail.com
² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

moraes, éticos e educacionais constituídos historicamente, fortalecendo o apego afetivo, a identidade ao lugar de origem e os hábitos do amazônida. Elas, guardadas as proporções, podem contribuir para as discussões sobre práticas autossustentáveis e gerar reflexões socioambientais.

A escola, de algum modo, surge da necessidade de completar o trabalho de inculcação e refreamentos iniciado desde cedo no núcleo familiar: "a questão de bom comportamento uniforme torna-se cada vez mais candente, especialmente porque a estrutura alterada da nova classe alta expõe cada indivíduo de seus membros, em uma extensão sem precedentes, às pressões dos demais e do controle social." (ELIAS, 2011, p. 87).

Promotora de competitividade a educação, possibilita o indivíduo condições de empregabilidade trazendo para a sociedade a modernidade que está associada ao desenvolvimento sustentável. Segundo Teixeira (1999, p.97) as transformações no mundo produtivo e os novos perfis de trabalho que devem ser formados pelo sistema educacional apresentam-se tão evidentes que, na LDB, promulgada em 22 de dezembro de 1996, "inova-se o conceito de educação, introduzindo o componente trabalho como princípio educativo e como elemento que detém estreita relação com a educação geral e a conservação do conhecimento".

Considerações

Na organização social amazonense a educação é considerada como função social. A escola tem um papel central nas sociedades complexas, uma vez que esta é oriunda de atribuições socializadora-moralizadora, onde os indivíduos apreendem os sistemas de símbolos essenciais para a convivência em sociedade. Para Elias o conjunto de circunstâncias que formam essa nova configuração social geram “uma nova autodisciplina, uma reserva incomparavelmente mais forte, que é imposta às pessoas pelo novo espaço social e os novos laços de interdependência” (Elias, 1994, p. 212).

Para se entender a Amazônia e o papel da educação na nossa região, é preciso compreender que ambas a Amazônia e a educação estão vinculadas à diversidade de indivíduos que vivem nessa região, a heterogeneidade sóciocultural amazônica está representada por povos indígenas, caboclos, quilombolas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, esses povos da floresta, possuem diferentes saberes, culturas e tradições. A população Amazonense vive em um ambiente que possui uma rica sôciodiversidade do planeta.

Ao analisar o sistema educacional dos povos da Amazônia, valorizamos a realidade escolar dos ribeirinhos, resgatando sua identidade e história, o que leva a uma compreensão do seu modo de vida e a construção de sujeitos ativos dos seus saberes, um saber que se constitui na realidade do caboclo, que vivem perto da cidade e ao mesmo tempo tão distante, com uma estrutura de saberes maravilhosos que estão mergulhados e imersos nas águas do conhecimento.

Ao compreender o labor e as práticas de ensino aprendizagem do cotidiano ribeirinho, como elementos socialmente necessários e almejados na modificação social, através da sua cultura popular, se reconhece o respeito à diversidade dos povos originários dessa extensa região trilhados sobre as práticas e valores como esforço transformador de uma sociedade. As práticas pedagógicas estão respaldadas nas adaptações das necessidades de se reconhecer que a realidade amazônica está constituída na sua diversidade cultural, no encontro de culturas que compõem seu mosaico populacional.

Demarcada por contradições sociais, culturais, política e econômicas a sociedade amazonense tem como papel diminuir os impactos negativos que atingem os desfavoráveis. As escolas e o sistema educacional de ensino nas regiões ribeirinhas devem ser pensados de acordo com a realidade das comunidades que habitam essa região. A educação na Amazônia deve ser vista como um fenômeno social que precisa ser investigado, os modelos atuais de civilização indicam mudanças históricas nos espaços educacionais, essas mudanças sofreram uma longa jornada rumo à universalização.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wagner Paiva. **Práticas Pedagógicas no Meio Rural.** (Série Amazônia: a terra e o homem). Manaus: EDUA/FAPEAM, 2004.

BOURDIEU, P. 1989. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Difel, 322 p.

BOURDIEU, P. 2004. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico** São Paulo, Unesp, 88 p.

BOURDIEU, P. 2007. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, Zouk, 556 p.

BRASIL Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Diversidade sociocultural na escola e a dialética da exclusão** inclusão. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org.). *Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados.* São Paulo: Biruta, 2003.

CAPRA, Fritjof. **Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável** 4^a ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 2005^a.

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldelez.cotinho2017@gmail.com

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro Barbosa da (Orgs).**Enciclopédia da floresta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DURKHEIM, E. 2003. **As Formas Elementares da Vida Religiosa** São Paulo, Martins Fontes,536p.

DURKHEIM, E. 2008. A Educação Moral. Petrópolis, Vozes 240p.

DURKHEIM, E.2003. **Ética e sociologia moral.** Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo, Landy,156p.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1973a.

ELIAS, N. O Processo Civilizador. **Uma História dos Costumes.** Trad. Ruy Jungmann. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert (2001) [1969], **A Sociedade de Corte: Investigaçāo sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert, 1897-1990 **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte / Norbert Elias; tradução, Pedro Süsskind; prefácio, Roger Chartier. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS. NORBERT, **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar. (1994).

FILLOUX, J. C. 2010. **Émile Durkheim.** CARVALHO, C. P. F; RUSSO, M. H. (orgs.). Editora Massangana, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 148p.

GEBARA, A. **Anotações para a teoria do processo civilizador: proposições para a história da educação.** Comunicações, Piracicaba, v. 5, n. 2, p. 140-50, 1998.

HONORATO, T. Institución escolar y cultura en la civilización moderna. In: KAPLAN, C. V.; ORCE, V. (Orgs.). **Poder, prácticas sociales y processo civilizador:** los usos de Norbert Elias. Buenos Aires: Noveduc, 2009, p. 109-118.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Entre rios e florestas: experiências de campo de um professor de educação física em ambiente amazônico.** Em Aberto, Brasília, v. 26, n. 89, p. 107-118, jan./jun. 2013.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica.** Gláucio Campos Gomes de Matos. – Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015, 432 p.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de; ROCHA FERREIRA, Maria Beatriz. **Educação em comunidades amazônicas.** Revista de Educação PUC-Campinas, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 367-383, out. 2019.

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, waldelez.cotinho2017@gmail.com

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, davidsrribeiro@gmail.com

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento** / Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. – 8^a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis de Carvalho. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

PLANO Estadual de Educação – PEE/AM/Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino.**Uma Construção da Sociedade Amazonense**. Manaus, abril de 2008.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo**. 2 ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

TEIXEIRA, Z.A. Políticas públicas e educação para crianças, adolescentes e jovens. **Políticas públicas sociais**. Brasília, Inesc, 1999.

WEISS, R. A. (2013). **A Relação entre o Sagrado e a Moralidade Laica na Teoria Durkheimiana**. Revista Pós Ciências Sociais, 10:47-68.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu**: Limites e contribuições. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>> acesso em 20 de nov de 2015.

Norbert Elias em debate: usos e possibilidades de pesquisano Brasil/ [livro eletrônico]/ Ana Flavia Braun Vieira; Miguel Archanjo de Freitas Junior (Orgs.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.6) 658 p.; e-book PDF Interativo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Políticas Educacionais, Processo Civilizador, Amazônia